



Comentário para a semana

Sem perder de vista o comportamento dos mercados globais, de olho nas tratativas comerciais entre EUA e China, próximas de chegar a um acordo que encerre as desavenças comerciais entre os países, os investidores também estarão atentos ao ambiente doméstico. Acompanharão as movimentações no Congresso que envolvem a reforma da Previdência, bem como a agenda econômica, contemplando eventos importantes para a evolução futura da política monetária.

A inflação oficial de março será um dos destaques da semana. O IBGE divulga o IPCA na quarta-feira, que deverá mostrar alta de 0,65% no mês, elevando o acumulado em doze meses para 4,47%, voltando para patamar superior ao centro da meta (4,25%). O desempenho do índice em março refletirá as maiores pressões oriundas dos alimentos in natura, combustíveis e passagens aéreas.

Serão informados, também, os resultados das vendas nacionais do comércio varejista referentes ao mês de fevereiro. As projeções, baseadas nos indicadores coincidentes das atividades do setor no período, apontam para pequena queda de 0,5% no volume de vendas na comparação mensal, resultando em um avanço de 2,9 % em relação a fevereiro de 2018. Confirmadas essas projeções, as vendas do comércio restrito acumulariam alta de 2,19% nos volumes vendidos nos últimos doze meses terminados em fevereiro.

Nos Estados Unidos, a agenda econômica se concentra, principalmente, na divulgação de dados de inflação, tanto ao produtor como ao consumidor. Os índices cheios podem captar a alta dos preços dos combustíveis, enquanto os núcleos continuarão evoluindo ligeiramente abaixo dos 2,0% anuais, meta perseguida pelo Fed. Inflação controlada, em uma economia operando a pleno emprego, deixa o Fed mais confortável em suspender o aperto monetário em um momento que a atividade econômica dá sinais de desaceleração, captando os efeitos da deterioração das condições financeiras globais. Importante, nesse contexto, será leitura da ata da reunião de política monetária (Fomc), realizada pelo Fed no mês passado. É possível que o documento contenha os argumentos que fundamentaram a alteração da estratégia, que levou a política monetária para uma instância mais dovish, após sucessivas altas dos juros básicos desde dezembro de 2015. Deve reverberar também, a postura dos membros mais conservadores (hawkish) do Fomc, que continuam advogando altas adicionais dos juros ainda neste ano.

Nesta semana, a China também estará no radar. Os indicadores que serão divulgados ao longo dos próximos dias devem confirmar um quadro econômico que ganha força, contrastando com o quadro de desaceleração observado no segundo semestre do ano passado. Os dados, que abarcam inflação, comércio exterior e investimentos, devem confirmar o quadro de expansão moderada captado pelos índices de gerentes de compras (PMI) divulgados na semana passada, o que reforça a probabilidade de um cenário de softlanding.

Tema em destaque

A política nacional voltou a afetar o preço dos ativos brasileiros nas últimas semanas. O otimismo sobre o viés pró-mercado dos membros do Executivo terminou há algumas semanas, quando ficou explícita a dificuldade que o governo deve enfrentar para aprovar pautas no Legislativo.

A oposição ideológica, membros da Câmara dos Deputados que são de partidos de esquerda e que se opõem às reformas econômicas propostas pelo governo, é relativamente pequena (em torno de 140 deputados de 513, sendo que são necessários 308 votos favoráveis para aprovar uma proposta de emenda constitucional, como a reforma da Previdência). O problema do governo está na articulação política com o restante dos membros do Congresso, com os deputados de partidos de centro ou de direita, mas que não são afiliados ao partido do presidente (PSL). São cerca de 300 deputados representantes de partidos mais tradicionais da política ("Centrão expandido"), e esse é um dos pontos que ocasionou o relacionamento tão conflituoso entre Executivo e Legislativo nas últimas semanas.

Ao contrário dos últimos presidentes, Jair Bolsonaro foi eleito com um discurso anti-establishment e oposto ao que chamava de "toma lá, dá cá" da "velha política". Dessa forma, não foram utilizados os instrumentos tradicionais de formação de coligação legislativa no sistema de presidencialismo de coalizão que existe no Brasil desde 1988, como distribuição de ministérios ou de cargos públicos para indicação de líderes partidários a fim de formar uma base legislativa.

Bolsonaro deu algumas indicações em março de que não faria nada para estabelecer essa base legislativa para apoiá-lo, confiando apenas no patriotismo e ideologia dos congressistas para que seus projetos fossem aprovados. Os partidos tradicionais de centro e direita responderam com mensagens importantes, como descontentamento do presidente da Câmara e aprovação recorde de uma PEC que torna obrigatórias as emendas parlamentares de bancada, tornando ainda mais engessado o orçamento público e mais difícil a missão de ajuste fiscal do Ministério da Economia. O mercado financeiro reagiu muito mal a esses eventos, com depreciação do real, alta de juros futuros e queda da bolsa de valores.

Esse sentimento ruim do mercado financeiro arrefeceu e foi revertido apenas quando Bolsonaro cedeu e começou a sinalizar que conversaria com os líderes partidários, atendendo às demandas. Mas, na semana passada ainda houve sinais de que nem tudo está bem. Os políticos mais experientes de centro e direita não marcaram presença na audiência do ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão de Constituição e Justiça, e deixaram-no à mercê de horas e horas de questionamento de membros da esquerda.

De forma geral parece que os membros do "Centrão expandido" não devem dar mais sinais que preocupem o mercado financeiro no curto prazo. O diálogo de Bolsonaro com os líderes partidários deve apaziguar os ânimos pelo menos até o fim da tramitação da PEC da reforma da Previdência na CCJ, que deve ocorrer até 17/abril. É na tramitação da PEC na comissão especial (CE) que insatisfações com a articulação política de Bolsonaro poderão ser sentidas. Em especial, é provável que a proposta de reforma da Previdência seja substancialmente desidratada, com retirada de diversos pontos como mudanças no BPC (Benefício de Prestação Continuada), aposentadoria do trabalhador rural e regra de transição. Dessa forma, é possível que a economia em 10 anos da proposta seja reduzida dos R\$ 1,1 tri iniciais para algo em torno de R\$ 500 bi a R\$ 700 bi.

	Segunda - feira 08 de Abril	Terça - feira 09 de Abril	Quarta - feira 10 de Abril	Quinta - feira 11 de Abril	Sexta - feira 12 de Abril
EUA	Encomendas à indústria (Fev)	Discurso de Clarida do Fed	Inflação ao consumidor (Mar) Ata da reunião do FOMC Resultado fiscal federal (Mar)	Inflação ao consumidor (Mar) Pedidos semanais de seguro desemprego Discurso de Clarida, Bullard, Quarles, Kashkari e Bowman do Fed	Inflação ao produtor (Mar) Confiança do consumidor U de Michigan (Abr P)
Europa	(GE) Balança comercial (Fev) (EC) Índice Sentix de confiança do investidor (Abr)		(EC) Reunião do BCE (UK) Balança comercial (Fev) (UK) Produção industrial (Fev)		(EC) Produção industrial (Fev)
Ásia	(JN) Balança comercial (Fev P) (CH) Reservas internacionais (Mar)	(CH) 09-15 ABR Dados de crédito (Mar)	(JN) Inflação ao produtor (Mar) (JN) Encomendas de máquinas (Fev)	(CH) Inflação ao produtor (Mar) (CH) Inflação ao consumidor (Mar)	(CH) Balança comercial (Mar)
Brasil	IGP-DI (Mar) IPC-S 1ª semana (Abr) 08-12 ABR Relatório da ref. da Previdência na CCJ	Vendas no varejo (Fev)	IPC-FIPE 1ª semana (Abr) IGP-M 1º decênio (Abr) IPCA (Mar)		Pesquisa mensal de serviços (Fev)



Projeções

Economia Brasileira							
Projeções - Indicadores Macroeconômicos							
		2015	2016	2017	2018	2019(p)	2020(p)
PIB - crescimento real	Var %	-3,50	-3,30	1,10	1,10	1,80	3,40
IPCA	% ao ano	10,67	6,29	2,95	3,75	3,93	4,00
IGP-M	% ao ano	10,55	7,19	-0,53	7,55	6,44	5,40
Juro Selic - média ano	% ao ano	13,36	14,08	10,09	6,46	6,50	6,67
Juro Selic - dezembro	% ao ano	14,25	13,75	7,00	6,50	6,50	7,25
Tx Câmbio - média ano	R\$/US\$	3,33	3,49	3,19	3,65	3,85	3,96
Tx Câmbio - dezembro	R\$/US\$	3,87	3,35	3,29	3,88	3,90	4,00
Risco País (EMBI) - dezembro	bps	487	310	240	270	250	250
Balança Comercial	US\$ Bn	17,7	47,7	64,0	53,6	49,7	36,2
Saldo em C. Corrente	US\$ Bn	-60,6	-23,5	-7,2	-14,5	-28,2	-42,0
Saldo em C. Corrente	% do PIB	-3,6	-1,3	-0,5	-0,6	-2,1	-2,8
Resultado Fiscal Primário	% do PIB	-1,9	-2,5	-1,7	-1,6	-1,5	-0,8
Dívida Líquida	% do PIB	36,0	45,9	51,9	53,8	57,8	60,2
Dívida Bruta	% do PIB	65,5	70,0	74,4	76,7	81,5	81,7

(p) projeções



Informações

Economista-chefe

Newton Rosa newton.rosa@sulamerica.com.br

Informações

Maria Augusta

mariaaugusta.mosca@sulamerica.com.br

Assessoria de Imprensa:

Superintendência de Comunicação Institucional e Relações com a Imprensa (SUCIR)

Cristiane Martins/Michelle Vargas/Solange Guimarães

Tels.: (11) 3779-7615/7614

Economista

Rafael Yamano rafael.yamano@sulamerica.com.br

Clique aqui e conheça os fundos da SulAmérica Investimentos.

Site www.sulamericainvestimentos.com.br